Título: A Europa Napoleónica e Portugal – Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública


Rua Vasco da Gama, 60-C
2775-297 Parede
Telefone: 211 910 543
Fax: 214 678 719
Correio electrónico: tribunadahistoria@iol.pt
Internet: www.tribunadahistoria.pt



Editor: Pedro de Avillez
Revisão Científica: Manuel Amaral
Produção Editorial: Princípia Editora, Lda.
Capa: Maia Moura Design (Óleo sobre tela de Domingos Sequeira (1808), fotografia de Carlos Monteiro, Museu Nacional Soares dos Reis © Divisão de Documentação Fotográfica IMC, I.P.)

Impressão e acabamento: Peres-Soctip
Acabado de imprimir
em Setembro de 2011

Depósito legal: 332327/11

ISBN: 978-989-8219-32-9



# ÍNDICE

# O IMPACTO DAS INVASÕES FRANCESAS NA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE OITOCENTISTA PORTUGUESA

## 1. As Invasões Francesas na leitura de Oliveira Martins.

Num texto redigido em 1892, Oliveira Martins sintetizou o que fora a difícil evolução do século XIX em Portugal, muito marcada pela dicotomia estabelecida entre o antes e o depois da Regeneração: "Em 1852" – anotava ele – "acabou em Portugal o período agitado que tinha começado com o século. As invasões francesas e a guerra que se seguiu até 1815; depois a revolução de 1820 e os pronunciamentos que restabeleceram o absolutismo; depois, de 1826 a 1834, a guerra civil em torno da sucessão de D. João VI, e o estabelecimento do liberalismo sobre as ruínas do velho Portugal; depois, de 1834 a 1851, as sucessivas revoluções militares ou demagógicas; eis a série de acontecimentos da primeira metade do século". Na génese deste bem pouco abonatório espectáculo estava algo muito concreto: "a emigração do rei e de toda a corte para o Rio de Janeiro, fugindo dos franceses", um facto "da mais alta importância para a determinação das causas das revoluções posteriores"[1310]. Sensivelmente o mesmo escrevera ele já num outro texto, célebre, de 1870, sobre os cinquenta anos da monarquia constitucional: "no momento em que o rei fugiu diante do inimigo (Junot,

[1310] Martins, 1957 (1892), p. 305.

1807), em que abandonou o trono a um general estrangeiro (Beresford), em que levou a Corte para um país quase estranho e adversário pelos interesses (o Brasil), nesse momento [...] Portugal conheceu que a monarquia tinha acabado"[1311].

Descontando a militância anti-monárquica e o tom céptico com que os ícones da Geração de 70 invariavelmente investiam contra o constitucionalismo oitocentista, o diagnóstico de Oliveira Martins estava certo e constitui, ainda hoje, um bom ponto de partida para uma leitura na longa duração do que foi o profundo impacto da microconjuntura das Invasões Francesas no processo de crise e falência da velha legitimidade, encarnada na realeza, nas instituições e na cultura política de Antigo Regime, e da sua substituição pela nova legitimidade liberal.

As Invasões Francesas (1807/1811) e em geral o contexto da Guerra Peninsular (1807/1814) constituíram um momento único na história de Portugal, por terem sido a verdadeira fronteira cronológica introdutora da modernidade, que haveria de definir-se, ao cabo de muitas lutas, como liberal para todo o restante século XIX. Em particular, os acontecimentos do ano-chave de 1807 podem ser tomados como o princípio do "curto" século XIX português, entendido como o arco temporal que se estende entre a chegada de Junot a Lisboa, no Outono de 1807, e a recepção do Ultimato britânico, também em Lisboa, no Inverno de 1890. Por regra, a historiografia portuguesa valoriza as Invasões Francesas e o conjunto dos acontecimentos diplomáticos, políticos e militares que as rodearam como a conjuntura que em Portugal liquidou o Antigo Regime, abrindo a porta à eclosão do liberalismo, em 1820. O mesmo é dizer que o estudo do seu impacto não vai, normalmente, além de 1820, aceitando-se que nessa data, com a substituição da antiga monarquia católica portuguesa por uma ordem político-institucional baseada na nova legitimidade liberal, num novo conceito de cidadania, e num novo entendimento, constitucionalizado, da relação entre o monarca e a nação se teria encerrado a maioria das questões abertas a partir de 1807.

O argumento central deste capítulo é o de que o impacto, os ecos, as consequências, em suma, das Invasões Francesas foram mais e mais profundas do que aquelas sentidas nos anos imediatamente posteriores à presença napoleónica no nosso país, tendo-se estendido muito para lá de 1820 e tendo afectado durante décadas a viabilidade mesma de construção e de consolidação da nova

[1311] Martins, 1957 (1870), p. 88. Certamente para dramatizar o seu argumento, Oliveira Martins declarava que nesse momento (em 1807), D. João VI (então ainda príncipe regente) tinha "amortalhado" a monarquia em Portugal.



legitimidade liberal. Ou seja: se é verdade que as Invasões Francesas liquidaram o Antigo Regime e precipitaram a sua substituição, a forma rápida e drástica como o fizeram (com uma dinâmica essencialmente destrutiva dos velhos equilíbrios institucionais e políticos, e pouco construtiva no que a uma transição controlada para a modernidade dizia respeito), impediu durante muitos anos que Portugal se reorganizasse estavelmente nas suas diferentes formas de vida – a cultura política, o sistema institucional, a sociedade e a economia. Concretamente, pode argumentar-se – tal como o fez Oliveira Martins e a bem de uma leitura mais estrutural acerca da gestação da modernidade portuguesa – que a série de desafios e problemas inaugurada com as Invasões Francesas só terminou em 1852, e que muito do que correu mal durante a primeira metade do século XIX tem a sua raíz no "apocalíptico" ano de 1807.

## 2. Da neutralidade difícil à invasão inevitável.

De acordo com a análise de Luz Soriano, a diplomacia portuguesa dos finais do século XVIII e dos inícios do século XIX arrastou-se penosamente num perigoso jogo de "humilhações e baixezas para com a Espanha, a França e a Inglaterra", revelando sempre uma enorme "contrariedade de princípios"[1312]. Na realidade, desde que chegaram a Lisboa os primeiros ecos da Revolução Francesa até ao momento em que Napoleão deu luz verde às Invasões, Portugal viveu um dilema insolúvel, resultante da sua dupla pertença geoestratégica continental e atlântica[1313]. Sabendo que, a prazo, a dinâmica internacionalista da Revolução haveria de colocar frente a frente a França e a Inglaterra na luta pela hegemonia europeia, os diplomatas perceberam que chegaria o dia em que teriam de alinhar por um dos campos. Romper com o bloco franco-espanhol implicava pôr em causa a independência nacional, sujeitando o país a uma invasão francesa ou a uma absorção peninsular; mas ceder ao bloco continental significava desfazer a secular aliança com a Grã-Bretanha, com tudo o que isso acarretaria em termos comerciais e coloniais[1314]. Até ao Verão de 1807, não podendo escolher entre o Atlântico e a Europa, entre a integridade do Império

[1312] Vicente, s.d. (1994), vol. VIII, pp. 12-13.

[1313] Ver, sobre as implicações diplomáticas da posição geográfica de Portugal na Europa nos finais do século XVIII, Macedo, 2006, pp. 388 e ss.

[1314] Ver Vicente, 1998, pp. 35-36, e 2000, pp. 123-124.

e a salvaguarda da metrópole, Portugal esgrimiu desesperadamente o argumento da neutralidade, paga em milhões de francos ao regime napoleónico desde o fim da Guerra das Laranjas, em 1801 – episódio que desde logo serviu de amostra do que seria a futura invasão de Junot[1315].

Mas nem comprada a neutralidade portuguesa era viável, sobretudo a partir do momento em que a França se convenceu de que apenas o bloqueio económico da fortaleza europeia levaria à rendição inglesa. Em Novembro de 1806, Napoleão assinou o temido decreto que obrigava, sob pena de retaliação militar, ao encerramento de todos os portos europeus ao comércio com a Inglaterra. Durante meses, entalada entre a exigência francesa e a fidelidade à Inglaterra, a diplomacia portuguesa ensaiou expedientes dilatórios. Em Julho de 1807, depois de, em Tilsit, Napoleão e o Czar terem dividido a Europa em duas esferas (francesa e russa) de influência, permitindo ao Imperador concentrar-se na vitória sobre Londres, Talleyrand intimou Lisboa a cumprir o disposto no decreto do Bloqueio Continental, ao mesmo tempo que em Bayonne começava já a concentração dos efectivos militares que fariam a invasão de Portugal – o chamado "Corpo de Observação da Gironda".

Em 1802, o embaixador francês em Lisboa, Jean Lannes, confidenciara a Bonaparte: "O governo deste país não é nada; a Inglaterra é tudo aqui"[1316]. Não era um exagero. Como pequeno e pobre Estado europeu que a história fizera cabeça de um desmesurado e apetecível Império colonial, Portugal não tinha outro aliado que lhe valesse senão a poderosa Grã-Bretanha. E justamente a Grã-Bretanha dificilmente poderia aceitar o fecho da costa portuguesa à sua navegação e comércio; se Portugal cedesse à França, Londres ficaria apenas com os portos nórdicos do Báltico, com Gibraltar e com a Sicília como minúsculas vias de penetração no continente; e se Portugal cedesse à França, Lisboa seria muito possivelmente bombardeada pela *Royal Navy* como Copenhaga o foi, em Setembro de 1807, num gesto destinado a impedir que a frota dinamarquesa caísse nas mãos de Napoleão[1317].

[1315] A neutralidade portuguesa perante o regime napoleónico foi comprada em Setembro de 1801, altura em que Portugal acordou também a entrega da Guiana à França e de Olivença a Espanha, e em Março de 1803, desta feita com a entrega de 16 milhões de francos a Paris, para além da concessão de facilidades comerciais aos negociantes franceses (Vicente, 1998, pp. 39-40). Sobre o pano de fundo diplomático e negocial dos anos que antecederam as Invasões, ver Alexandre, 1988, pp. 965-1016, ou Fernandes, 1999, pp. 30-39.

[1316] Gotteri, 2006, p. 97.

[1317] Wilcken, 2005, pp. 26 e 29.



A 1 de Outubro, os ministros da França e de Espanha abandonaram Portugal; no fim desse mês, o exército invasor encetou a sua marcha em direcção à fronteira portuguesa, depois de Paris e Madrid terem acordado a futura divisão de Portugal nos termos do Tratado de Fontainebleau. Só então e em desespero de causa D. João comunicou finalmente a Napoleão o fecho dos portos portugueses às mercadorias inglesas e o confisco dos bens dos cidadãos britânicos (medidas decretadas a 3 e 8 de Novembro)[1318]. Era tarde demais: em Paris, no *Moniteur*, o jornal do Império, já apareciam notícias veiculando a decisão de Napoleão de pôr termo à dinastia de Bragança e de usurpar o trono português[1319]; no dia em que cruzou a fronteira beirã para entrar em Portugal (19 de Novembro), Junot assegurava ao Imperador: "V. Exa. quer que eu esteja em Lisboa a 1 de Dezembro; lá estarei"[1320]. D. João entregou-se então nas mãos dos ingleses. Na noite de 24 de Novembro, a Corte assentou na única solução possível para simultaneamente salvar a independência do poder político português (dando por temporariamente perdido o seu território) e frustrar os planos franceses, anulando toda e qualquer eficácia à estratégia do Bloqueio Continental: a retirada da família real para o Brasil.

## 3. A Corte na América e a orfandade na metrópole.

A leitura de Oliveira Martins acima citada tem fundamento nos efeitos amplamente negativos que resultaram da partida da família real para o Brasil, mas não na análise das suas motivações. Não se tratou de uma fuga improvisada ou de uma solução de recurso inventada sobre a hora. A ideia da mudança da Corte e da capital do Império para a América datava das primeiras décadas da expansão imperial. O debate começara "em tom místico e religioso", mas centrara-se rapidamente numa "análise pragmática da situação de Portugal face às colónias"[1321]. A metrópole, pequena, fraca, permanentemente à mercê das grandes potências europeias que a olhavam como uma simples "feitoria inglesa"[1322], era o calcanhar de Aquiles do Império. O Padre António Vieira, conselheiro de D. João IV, fora o primeiro a conceber a fixação da Corte na América, até

[1318] Alexandre, 1988, p. 1010.

[1319] Wilcken, 2005, p. 35.

[1320] Vicente, 1998, p. 41.

[1321] Wilcken, 2005, p. 88.

[1322] A expressão pertence a Oliveira Martins, 1957 (1870), p. 88.

com o intuito de assim melhor defender o Brasil dos apetites alheios que lhe assolaram a região nordeste nos meados do século XVII; depois dele, a tese regressaria com o diplomata D. Luís da Cunha, no tempo de D. João V, quando o Brasil era ouro e futuro e Portugal uma "nesga de terra" pobre e improdutiva, e com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nos finais do século XVIII, quando a loucura da rainha D. Maria I, a inexperiência do príncipe regente D. João, o furor revolucionário que já varria a Europa e, por último, a ascensão de Napoleão tornavam Portugal completamente vulnerável[1323]. Em 1801, no contexto da Guerra das Laranjas, o marquês de Alorna voltaria a lembrar o plano a D. João, asseverando que aquela era "a única forma que resta de defender a independência da Coroa e de ter qualquer esperança de defender o reino". E Alorna dizia mais: se os portugueses não o fizessem, e em face da crescente ameaça francesa, a "cobiça" dos ingleses e o seu desejo de se compensaram da eventual "perda de comércio com Portugal" poderia mesmo levar Londres a incentivar o desmembramento da malha pluricontinental do Império[1324].

De uma maneira ou de outra, a Inglaterra era a espectadora mais interessada no plano de fazer retirar a família real para o Brasil. Se D. João caísse em mãos francesas, Londres não hesitaria em encontrar forma de se relacionar directamente, sem passar por Lisboa, com as parcelas mais valiosas do Império. Se o plano fosse efectivado a tempo, tanto melhor: de forma pacífica, escudada no seu papel de guardiã protectora da difícil jornada através do Atlântico, a Inglaterra ficaria com a porta aberta para a América do Sul. Quer para a diplomacia inglesa, quer para a Corte de Lisboa, portanto, a partida da família real para a América do Sul destinava-se a evitar a todo o custo que Napoleão aprisionasse fisicamente a realeza portuguesa, forçando-a porventura a abdicar como aconteceria aos Bourbons em Espanha. Para a França, por seu turno, ver escapar por entre os dedos a rainha, o príncipe regente e demais Corte era o pior resultado possível. Napoleão sabia que só capturando o titular supremo do poder poderia assegurar "uma situação política que pudesse manejar, de acordo com os interesses do sistema continental"[1325]. O Imperador julgava assim que "desaparecida a componente política da independência, verificar-se-ia uma rápida extinção de Portugal quer como Estado, quer como nação"[1326].

[1323] Wilcken, 2005, pp. 93, 95-96 e 99.
[1324] Wilcken, 2005, p. 100.
[1325] Macedo, 2006, pp. 391-392.
[1326] Macedo, 2006, pp. 392-393. Foi com este objectivo claro de "destruir uma nacionalidade" que Napoleão e Godoy tinham acordado a divisão territorial portuguesa no Tratado



Em face de todos estes considerandos geoestratégicos e interesses estrangeiros, o plano de fazer partir toda a família real foi, naquele contexto de 1807, um gesto inevitável. Não obstante, na prática e naquele momento, a "fuga" da Corte para o Rio de Janeiro significou uma solução de recurso ultimada à pressa, incerta para os que partiam e gravosa para os ficaram, gerando em Portugal um sentimento de orfandade pátria e um vazio absoluto de poder que nem a Regência, nem os franceses, nem os ingleses conseguiriam colmatar. Visando salvar o presente, a transferência da Corte estava na realidade a hipotecar o futuro da sua própria legitimidade metropolitana.

A dramática partida foi agendada para a tarde de 27 de Novembro de 1807. Na véspera, D. João dirigiu aos portugueses uma proclamação na qual asseverava que nunca fora sua intenção atraiçoar o seu aliado inglês, pois isso seria expor o país à ruína, nem tão pouco abraçar a causa do continente e que, impossibilitado de optar por um dos lados, partia para o Brasil, onde ficaria até à paz geral na Europa, deixando um Conselho de Regência em seu nome e recomendando que a recepção aos invasores não fosse hostil. Seguiram-se horas de caos, anarquia, incerteza e improviso: desmantelaram-se casas e palácios, empacotaram-se fundos arquivísticos e documentação estatal, amontoaram-se caixas e caixas com relíquias privadas e tesouros públicos prontos a embarcar, por entre a chuva, a lama, a correria, a desorientação e o pânico que marcavam o cenário junto ao Tejo[1327].

Só na manhã de 29 de Novembro o bom tempo permitiu que a esquadra passasse a barra do Tejo, escoltada pela armada britânica do almirante *Sir* Sidney Smith. Em pouco mais de uma vintena de embarcações iam, consoante os cálculos, entre 10 a 15 mil pessoas[1328], ou seja, toda a elite portuguesa constituída pela família real (três gerações de Braganças), a Corte, o governo, o alto funcionalismo de Estado, sacerdotes, notáveis, negociantes, académicos, etc. – em suma, "um vasto séquito de cortesãos" seguido da "melhor sociedade lisboeta"[1329], que não cessaria de aumentar, às centenas, ao longo

de Fontainebleau; e foi a retirada da Corte e a não captura da família real que tornou todo o plano francês "politicamente ineficaz" (Macedo, 2006, p. 394).
[1327] O melhor quadro descritivo dos preparativos do embarque da família real e demais dignitários no panorama da "anarquia" reinante na Ribeira das Naus e nas "praias de Belém", pertence a Neves, 2008 (1810), pp. 66-70. Ver também, para um relato ocular, Fronteira, 1986 (1863), pp. 30-31.
[1328] Wilcken, 2005, p. 45, e Gotteri, 2006, p. 174-175.
[1329] Wilcken, 2005, p. 45.

dos meses e anos seguintes, com os muitos que se foram juntar ao novo Portugal americano. A debandada – uma enorme "sangria de gentes e dinheiro" segundo Acúrsio das Neves – privou a metrópole de quase todos os seus altos cargos, ou seja, dos depositários mesmos da legitimidade de um poder com séculos de história.

## 4. As Invasões Francesas: a crise político-social, a ruína económica e a perda da independência.

Depois de dias de marchas forçadas, vencendo o mau tempo, a aspereza dos terrenos e as dificuldades de abastecimento o exército invasor, comandado por Junot, entrou em Lisboa na manhã de 30 de Novembro. Deparou-se-lhe uma capital estranhamente dócil e calma, como que rendida à nova ordem de coisas, que era afinal o espelho de um país debilitado e agora decapitado do seu poder legítimo. A prazo, porém, e sobretudo a partir da adesão espanhola à resistência anti-francesa, uma formidável sucessão de levantamentos populares, iniciada em Junho de 1808 no Porto, e incrementada pela chegada dos primeiros contingentes militares britânicos a Portugal, em Agosto desse ano, haveria de levar de vencida o invasor, impedindo depois a vitória da segunda e da terceira tentativas napoleónicas de subjugarem o país – com Soult, no Norte, em 1809, e com Massena, novamente pela Beira a caminho de Lisboa, em 1810/1811. Não é objectivo deste texto resumir os acontecimentos que se desenrolaram ao longo desses quatro anos de intermitente ocupação francesa, entre 1807 e 1811. Do que se trata é de perceber o impacto que as Invasões Francesas, no seu conjunto, tiveram no futuro mais próximo de Portugal.

Do ponto de vista do poder político-institucional, os fundamentos da legitimidade da velha monarquia desapareceram: a ausência da família real, a invisibilidade da Regência deixada em Lisboa por D. João e a ocupação estrangeira criaram um forte sentimento de orfandade, de abandono, de perda de independência, de permeio com a ressurgência de um certo tipo de sebastianismo, usual em épocas de crise e incerteza como aquela[1330]. Por seu turno, a decomposição do Estado levou a fenómenos de desmantelamento das velhas estruturas e equilíbrios sociais, fazendo emergir novas forças detentoras de algum poder, como os magistrados, os negociantes, os organizadores locais das

[1330] Ver Vicente, 2000a, p. 128.



*jacqueries* populares e, acima de tudo, os militares. Ultrapassando o simples nacionalismo anti-ocupante, estes estratos sociais começaram a virar-se contra o próprio poder *tout court*, que se dessacralizara e deslegitimara, ao partir para o Brasil e ao entregar o país ao inimigo[1331].

A juntar a isto, a conjuntura das Invasões Francesas teve profundas repercussões na economia e nas finanças, contribuindo também para mergulhar o Antigo Regime numa crise de que ele jamais pôde recompor-se: os campos foram saqueados e abandonados, a indústria paralisou, o comércio interno esmoreceu, o consumo e o investimento retraíram-se, o sector exportador entrou em colapso pela interrupção do eixo atlântico Portugal-Brasil, e o erário público quase entrou em bancarrota devido ao acumular de gastos de anos (sem a correspondente angariação de receitas), com a compra da neutralidade face à França e agora com a guerra[1332]. Num cenário de história económica contrafactual, pode calcular-se que se as Invasões Francesas nunca tivessem ocorrido a economia portuguesa não teria registado – no período de 1807 a 1820 – quase 110 mil contos de prejuízos averbados na sua balança comercial e teria progredido, nesse sector, uns 89 mil contos; o benefício líquido teria sido assim, no total, de cerca de 200 mil contos, ou seja, 4/5 do PIB português estimado para 1800[1333].

É por tudo isto que se pode correctamente afirmar que os anos de 1807/1811 corresponderam efectivamente a um momento decisivo de viragem na história de Portugal, no qual, ao fim ao cabo, mergulharam as raízes de muita da instabilidade político-social e das causas do atraso económico na longa duração da contemporaneidade nacional. Ao mesmo tempo que marcaram o fim de uma era – que estava corporizada na antiga monarquia absolutista do reino – aqueles curtos anos deram início a uma outra, mais difícil e incerta, na qual emergiram novos problemas, novas forças sociais e ideológicas e novas formas políticas de acção para o século XIX[1334].

[1331] Marques, 1982, p. 147, e Valente, 2009, pp. 11-12.
[1332] Pedreira, 1998, pp. 47-49, e Valente, 2009, pp. 8-9.
[1333] Caetano, 2008, pp. 227-228 e 236-237. Por curiosidade, 200 mil contos era, ao tempo, o valor equivalente a nada menos do que 500 conjuntos imobiliários iguais ao do Rossio lisboeta! (Caetano, 2008, p. 228).
[1334] Pedreira, 1998, p. 47. Nas palavras de Patrick Wilcken, as Invasões Francesas constituiram assim "o início de um período particularmente negro na história de Portugal, o primeiro passo de um processo que estrangularia a nação e a deixaria politicamente instável durante grande parte do século XIX" (Wilcken, 2005, p. 19).

## 5. A prosperidade brasileira e a decadência portuguesa nas vésperas do vintismo.

Os múltiplos problemas de Portugal que alimentavam a sensação de crise, decadência e abandono não terminaram com o fim da ocupação francesa em 1811, nem sequer com o fim das hostilidades na Península Ibérica em 1814. À superfície, os mais optimistas poderiam ter pensado que a vitória sobre Massena salvara a pátria e permitiria restabelecer a legitimidade tradicional, tão logo o príncipe regente cumprisse a sua promessa formal de regressar a Lisboa. Nada disto aconteceu, e o que rapidamente se constatou, por entre um difuso sentimento de patriotismo ou de nacionalismo novos foi que "a independência nacional não tinha sido salva, mas antes perdida"[1335]. Perceber isto é perceber o caminho que conduziu das Invasões Francesas à Revolução Liberal de 1820[1336]. E para perceber isto, é necessário olhar para os muito divergentes caminhos percorridos nesses anos por Portugal e pelo Brasil.

Depois de sete semanas no mar e de quatro mil milhas de viagem, a família real e a Corte tinham aportado a São Salvador da Baía, em Janeiro de 1808. D. João imediatamente ali decretou a abertura dos portos do Brasil "aos navios estrangeiros das Potências que se conservam em Paz e Harmonia com a Minha Real Coroa"[1337], medida que constituiu o primeiro golpe de misericórdia dado pela realeza portuguesa na centralidade até aí assumida por Lisboa como cabeça do Pacto Colonial. Em Março, a Corte fixou-se então no Rio de Janeiro. A velha metrópole, deixada para trás, mergulhava no caos, no saque e na violência; por contraste, a nova capital do Império lançava-se numa época de promoção e de prosperidade[1338]. "Enquanto o Rio ressurgia, Lisboa afundava-se", resume um historiador actual[1339]. E este contraste constituía para os portugueses da Europa uma "situação psicologicamente punitiva", que reforçava o seu sentimento de abandono e de debilidade, disseminando

[1335] Silbert, 1998, p. 20.
[1336] Sobre o processo mental, cultural e socio-político de preparação do país para a nova ordem liberal de 1820 ver a introdução ao problema de Silbert, 1978/1979, pp. 231-247, ou de Araújo, 1993, pp. 17-43, e 1999, pp. 50-58.
[1337] Caetano, 2008, p. 170.
[1338] Ver Lima, 1996 (1909) e, de entre a historiografia mais recente, Malerba, 2000, e Schultz, 2001.
[1339] Wilcken, 2005, p. 148.



a ideia de que as relações atlânticas se tinham afinal invertido e que Portugal era agora a "colónia" europeia de uma "metrópole" americana[1340].

A situação agravou-se tanto mais quanto, a partir de 1811, a ocupação francesa foi substituída pela ocupação, mais discreta mas nem por isso menos ominosa, do exército e do estado-maior britânicos, chefiados pelo visconde (depois duque) de Wellington e por Beresford. Portugal passou de projecto de Estado napoleónico para protectorado informal da Inglaterra, humilhado no seu patriotismo, arruinado na sua situação interna e numa crescente posição de desconforto pelo adiado regresso da Corte e do governo. O quadro geral da situação portuguesa no rescaldo das Invasões Francesas não pode deixar de ser marcadamente crítico: "com crises de produção e de produtividade na agricultura; o desmantelamento da incipiente indústria do início do século; o território transformado em base militar inglesa; com o Brasil transferido para a esfera da acção da Grã-Bretanha e a ter, o governo português, ainda, de acorrer à satisfação de despesas feitas na sua colónia da América, o segundo decénio de oitocentos apresenta-se fortemente negativo"[1341].

Em Dezembro de 1815, D. João deu mais um passo – decisivo – para a ruína da velha legitimidade ao criar o "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", elevando assim a antiga colónia à dignidade da "mãe-pátria" portuguesa. A sugestão para essa medida, muito do agrado dos interesses comerciais britânicos na América do Sul, fora dada, ao que parece, por Talleyrand à delegação portuguesa no Congresso de Viena e ela significava que Lisboa perdia "definitivamente a sua posição histórica como centro do mais velho império europeu existente", desvanecendo-se assim para sempre "a perspectiva de qualquer regresso ao *statu quo* anterior"[1342]. Estava aberta a porta à independência, a prazo, do Brasil e portanto à liquidação do Império luso-brasileiro tal como ele existia desde o século XVI. Acresce que os "novos Brasis" que o constitucionalismo oitocentista tentaria construir em África ao longo do século XIX jamais seriam substitutos à altura para a "jóia da Coroa" que D. João contribuíra, ainda que involuntariamente, para alienar[1343].

[1340] Wilcken, 2005, p. 148.
[1341] Caetano, 2008, p. 150.
[1342] Wilcken, 2005, pp. 168-169.
[1343] Para algumas correntes historiográficas, o Império, enquanto transplantação da civilização europeia existente em Portugal para os trópicos, terminou de facto com a autonomização do Brasil, que haveria de culminar na sua independência em 1822, e no reconhecimento desta, por parte de Portugal, em 1825. É esse o sentido das leituras históricas de longa duração patentes por exemplo em Boxer, 1991, e em Russell-Wood, 1992.

Duplamente humilhado pela ocupação inglesa e pela subalternização na arquitectura do sistema colonial atlântico, Portugal mergulhou colectivamente num "sentimento de injustiça, de impotência, de rejeição"[1344] que atingiu os limites no fim da década de 1810. É verdade que a maioria dos portugueses continuava a virar-se para a família real ausente como depositária de uma legitimidade que se queria ver reposta; mas é também verdade que em muitos sectores começava a germinar a ideia de "demitir" D. João, à medida que a permanência da Corte no Brasil se prolongava, favorecendo o esquecimento da metrópole e uma cada vez maior "americanização" da política externa portuguesa que decidia e actuava a partir do Rio de Janeiro[1345]. Dito de outra maneira: optando pela colónia "a expensas da pátria europeia", mostrando-se dia-a-dia mais esquecido do "berço originário da monarquia", D. João estava a agravar a "fissura na sua legitimidade" e a cavar ainda mais o "vazio de poder" em que Portugal mergulhara a partir de 1807[1346]. Antes e depois da simbólica conspiração de Gomes Freire de Andrade em 1817 – feita em desagravo da ocupação britânica e dos desmandos do "vice-rei" Beresford mas procurando essencialmente "a salvação e independência de Portugal"[1347] – eram muitas as cartas abertas e as colunas de opinião na imprensa da emigração, em Londres e Paris, que falavam sobre a "miséria profunda" que a partida da Corte deixara em Portugal. O país, podia ler-se, estava "virtualmente um cadáver, mal dando sinais de vida": "se a residência de V. Majestade no Brasil serve para garantir a independência de Portugal, o povo não vê isso. O que vê é um vácuo e a sua transformação de metropolitanos em coloniais"[1348]. Constava até que D. João não desdenharia entregar Portugal à Espanha, em troca da junção ao Brasil de territórios espanhóis na chamada Banda Oriental (Uruguai e Argentina)[1349]. Depois da Guerra Peninsular, acrescentavam várias vozes, Portugal tornara-se um Estado empobrecido e abandonado, sem ter ninguém que por ele falasse perante as potências ou no quadro da reorganização da nova Europa pós-napoleónica.

1344 Wilcken, 2005, p. 226.
1345 Macedo, 2006, pp. 396 e 411-415. Segundo este autor, essa ideia, ainda que não assumida, de "demitir" D. João e de o substituir por uma nova legitimidade fora já o que motivara os "afrancesados" portugueses a pedirem a Napoleão que designasse um rei para Portugal e que outorgasse, com ele, uma Constituição (liberal) ao reino.
1346 Bonifácio, 2002a, pp. 20-21, e Wilcken, 2005, 249.
1347 V. Vicente, 1998, p. 45.
1348 Wilcken, 2005, pp. 226-227.
1349 Wilcken, 2005, p. 227.



Os sinais de que Portugal ficou desamparado e impotente dentro do concerto das nações que acordaram entre si a reconstrução pós-napoleónica e que se sentaram à mesa do Congresso de Viena são vários. Logo em Agosto de 1808, a Convenção de Sintra, nos termos da qual Junot se rendera e retirara de Portugal no final da primeira Invasão, fora um puro acordo entre a Inglaterra e a França, ou seja, uma negociação pela qual duas potências estrangeiras livremente tinham disposto sobre o território, os bens e o destino de Portugal sem que este fosse reconhecido como Estado dotado de poder negocial[1350]. Anos mais tarde, quando se acordaram as indemnizações a pagar pela França aos vencedores e às vítimas de Napoleão Bonaparte, Portugal só logrou receber dois milhões de francos de um montante global de... 700 milhões[1351]. E no Congresso de Viena, a delegação portuguesa, chefiada por Palmela, pouco foi capaz de fazer para ver as suas reivindicações acolhidas pelos "grandes" (nomeadamente a questão de Olivença)[1352].

Nas vésperas do vintismo, várias vozes faziam coro denunciando a dependência nacional face à Inglaterra, quer no plano militar e político, quer no plano económico. Neste último particular, avultavam as questões dos empréstimos regulares e das consequências da aplicação do célebre tratado comercial assinado em Fevereiro de 1810. Ao tempo da sua assinatura – no rescaldo da segunda Invasão Francesa e já na iminência de uma terceira Invasão – ele fora a forma de a Inglaterra se "pagar" do auxílio político-militar que prestava a Portugal na luta contra Napoleão (e que já levara a Regência de Lisboa, em 1809, a pedir a Londres um empréstimo de 600 mil libras para equipamento e despesas de guerra), assegurando que Portugal, afrouxados os laços privilegiados que mantinha com o Brasil através do Pacto Colonial se veria cada vez mais preso numa relação quase exclusiva com Londres, como que confinado à condição de vendedor de produtos agrícolas e de comprador de produtos industriais[1353]. Gozando de amplas vantagens de nação mais favorecida, a Grã-Bretanha tornara-se assim, ao longo da década de 1810/1820, "a potência hegemónica do comércio externo português", passando por consequência o

1350 Macedo, 2006, p. 405.
1351 Gotteri, 2006, p. 289.
1352 Para os constantes sobressaltos vividos por Portugal nas suas relações político-diplomáticas com a Europa na primeira metade do século XIX ver Manique, 1988, e Martínez, 1992, *maxime* pp. 221-231, 337-367 e 413-429.
1353 Ver Macedo, 2006, p. 412 e Pedreira, 1998, p. 48.

Brasil "a gravitar na sua órbita, abandonando o estatuto de colónia de Portugal muito antes da sua independência política"[1354].

É assim possível compreender que o país que sobreviveu aos franceses era uma realidade muito diferente daquela que existia antes de 1807. O que se passou nesses anos foi que tendo-se destruído o que existia nunca se conseguiu construir qualquer *statu quo* alternativo, ao qual fosse reconhecida legitimidade para governar e no qual se depositasse confiança para solucionar os problemas institucionais, sociais e económicos abertos com o vendaval napoleónico e agravados com o exercício do protectorado de Beresford em Lisboa. Na base de todo o processo de crise do Antigo Regime português estava portanto o facto de o Estado se ter tornado "uma mera ficção"[1355], sem qualquer capacidade de acção ou ordenação. E esta "profunda crise do Estado" – intimamente ligada à permanência da Corte no Rio e ao poder *de facto* exercido pelos ingleses até ao Verão de 1820 – teria, obviamente, "consequências muito significativas para a história portuguesa do século XIX"[1356], que não se esgotaram com a simples substituição, operada pela Revolução vintista, de um poder estrangeiro por um poder nacional e de uma legitimidade absolutista por uma legitimidade liberal.

## 6. Os problemas da nova ordem liberal.

A eclosão do vintismo foi assim a primeira, mas não seria a última, manifestação de reacção à crise que marcou a história portuguesa até aos meados do século XIX – uma reacção à ausência de perspectivas políticas de futuro, à humilhação sentida pela sujeição à tutela inglesa, à incerteza na relação de Portugal com o rei e o Brasil, à miséria social para que muitos dos outrora esteios do regime (burgueses, magistrados, militares) tinham sido lançados e à degradação económica, financeira e comercial crescente.

Mas o liberalismo que se implantou em Portugal em 1820 estava muito longe de ser um projecto político-institucional unificado, capaz de resolver os múltiplos problemas que se tinham abatido sobre o país e de restaurar a base de legitimidade do poder que as Invasões Francesas e a subsequente dominação inglesa tinham deitado por terra. Embora unidos no essencial a fazer – restaurar o Pacto Colonial, resubmeter o Brasil, restabelecer na metrópole a sede da monarquia e expulsar os ingleses a bem da "nacionalização" do Exército Português[1357] – os liberais representavam *uma* legitimidade possível perante os defensores da velha ordem absolutista, internamente dividida pela concorrência entre diferentes propostas de poder. A partir de 1820, portanto, sobre um pano de fundo socioeconómico muito difícil abriu-se uma luta sem quartel não apenas entre liberais e absolutistas mas, dentro daqueles, entre os que desejavam fundar a nova legitimidade no poder constituinte da nação e os que a viam como um necessário meio-termo que dividisse harmoniosamente o poder entre a nação e o rei.

Tal como Oliveira Martins viu o problema, havia assim dois extremos e um centro[1358]: à direita, fora do campo liberal, estava o "patriotismo", a tradição, a velha monarquia que só se rendeu e desapareceu como alternativa política no fim da Guerra Civil, em 1834; à esquerda, estava a "democracia", guiada pela ideia-base de que tendo sido destruído o direito divino dos reis não haveria mais como negar a soberania dos povos[1359], ideia-chave que do vintismo passaria para a emigração anti-pedrista, para o setembrismo e para a patuleia; ao centro, finalmente, estava o "constitucionalismo" "aristocraticamente concebido", ou seja, a família dos liberais conservadores para quem a liberdade acarretava mais deveres do que direitos, para quem a participação cívica não era um direito natural mas um direito político endossado às capacidades intelectuais e económicas de cada um, e para quem a melhor fórmula para a lei fundamental que a todos deveria reger não era uma Constituição popular mas uma Carta Constitucional de outorga régia[1360].

Seria este centro que acabaria por emergir vencedor ao cabo das décadas de lutas civis e liberais que marcaram a primeira metade do século XIX. Durante anos, contudo, o constitucionalismo cartista viveu entalado entre duas forças centrífugas: os adeptos da velha ordem, abalada a partir de 1807 mas que ainda tinha por si muito do país real; e os adeptos da democracia pura, que tinha a seu favor a vantagem de uma ideia nova[1361] e o quase exclusivo de uma dinâmica revolucionária que se tornou "o mais vigoroso agente da história

[1354] Caetano, 2008, p. 38.
[1355] Pedreira, 1998, p. 49.
[1356] Pedreira, 1998, p. 49.

[1357] Bonifácio, 2002a, p. 20, e Marques, 1982, pp. 147-150.
[1358] Ver Martins, 1957 (1870), pp. 90-91.
[1359] Saraiva, 1977, p. 103.
[1360] Para um resumo dos fundamentos doutrinários do cartismo, ver Saraiva, 1977, pp. 97-114.
[1361] Martins, 1957 (1870), p. 91.

do século XIX português"[1362], retardando qualquer hipótese de estabilização político-institucional.

É verdade que o vintismo quis ser o mais consensual possível. Os seus líderes preferiam falar mais em regeneração do que em revolução e no Congresso Constituinte aberto em 1821 garantiam não atacar "as partes estáveis da monarquia" nem "a religião santa dos nossos pais"[1363]; transigiram até, na elaboração da Constituição, com a instituição monárquica, aceitando a figura do rei. Mas quando D. João VI finalmente regressou a Lisboa, em Julho de 1821, não vinha para reassumir o seu velho trono e a sua velha legitimidade mas para garantir que os Braganças não seriam depostos. Vinha quase como um rei estrangeiro, um rei americano, como "uma instituição a que por conveniência se conserva uma vida que não é vida"[1364]. E se o vintismo convivia mal com a monarquia, rapidamente deixou de ser capaz de conviver com a opinião pública portuguesa em geral – pelo radicalismo de algumas das suas medidas, pelo revolucionarismo endémico e agitação social em que viveu, pelo cerco que lhe foi montado por forças inimigas e finalmente por ter sido incapaz de realizar o que primeiramente se propusera fazer: restaurar o Pacto Colonial e impedir a independência do Brasil, que já estava em pleno curso em 1820 e que se concretizaria em Setembro de 1822[1365].

Por isso o vintismo morreu, sem surpresa, às mãos da contra-revolução. Depois de 1823, a luta política em busca de uma qualquer forma de legitimidade perdida, agravada a partir de 1826 com o vazio da morte de D. João VI e com a abertura da querela sucessória entre D. Pedro IV e D. Miguel, deu-se entre absolutistas e constitucionalistas moderados. Os primeiros levaram vantagem até 1826 e novamente durante o reinado de D. Miguel, entre 1828 e 1834; os segundos dominariam o biénio de 1826/1828 e seriam os grandes vencedores da Guerra Civil, em 1834. No dizer de Oliveira Martins, a década de vinte foi angustiosamente vivida entre a Espanha, que "diariamente, sem rebuços", cobiçava a independência portuguesa e a Inglaterra, "para onde olhávamos a

[1362] Bonifácio, 2002a, p. 14.
[1363] Bonifácio, 2002a, p. 29.
[1364] Martins, 1957 (1870), p. 90.
[1365] Como lembra Patrick Wilcken, "a perda do Brasil manchou a reputação dos liberais em Portugal", espalhando "uma percepção generalizada de que não tinham sabido lidar com a situação" (Wilcken, 2005, p. 284). Mas de facto o problema brasileiro não tinha solução possível, dirimido entre uma colónia que queria ser independente e uma metrópole que queria restaurar o pacto colonial (Valente, 2009, p. 15).



ver o que faria de nós": "Portugal e o seu governo eram um corpo inerte, sem acção e sem força", que procurava "conciliar o inconciliável: um passado jesuíta com um desejado futuro liberal"[1366].

## 7. A militarização da política e o desacordo entre as legitimidades liberais.

Estes anos e estas lutas, assim tão criticamente recordadas, mostraram alguns problemas endémicos que invalidariam por muito tempo qualquer esforço de construção de uma legitimidade consensual, atrasando o enraizamento da modernidade nacional oitocentista. O primeiro foi o da estrutural fraqueza do poder civil e, consequentemente, o da emergência dos militares na esfera pública. A militarização da sociedade e da política portuguesas é um dos aspectos mais característicos da primeira metade do século XIX. Desde o colapso do poder político, em 1807, e desde que a luta anti-francesa e a revolução liberal cunharam a realidade dos exércitos modernos e da "nação em armas" os militares adquiriram uma nova consciência da sua condição corporativa e da sua autonomia de acção. Perante a decomposição do Estado e a necessidade de preencher o vazio do poder, as Forças Armadas emergiram como instituição paralela, sendo atraídas para o centro do palco político muitas vezes por expresso "mandato" dos civis. Assim sendo, se é verdade que a história portuguesa do tempo não foi a de um país permanentemente militarizado, é notório que o exército se assumiu nos momentos chave como o fiel da balança, o condutor das rupturas, o árbitro dos conflitos, o alfobre dos políticos ou o depositário de todas as esperanças da nação[1367].

A militarização da política, por seu turno, era causa e sinal de outros males que afligiam o país desde 1807 e particularmente a partir de 1820. Por um

[1366] Martins, 1986 (1881), Vol. I, pp. 54 e 76.
[1367] Ver, sobre a relação entre o exército e o poder político na primeira metade do século XIX, Valente, 1997. Em recentes palavras deste autor, "até à Regeneração o liberalismo dependia da tropa e as facções civis não pesavam, nem agiam, sem apoio militar" (Valente, 2009, p. 26). Fernando Pereira Marques contabiliza 72 intervenções militares na arena política portuguesa desde 1817, data da conspiração de Gomes Freire de Andrade, até 1851, data do pronunciamento saldanhista da Regeneração (Marques, 1999, pp. 280-283). Nas palavras deste autor, "a guerra, a militarização dos conflitos, a dispersão do porte de armas e o intervencionismo militar" foram uma constante entre 1807 e 1851 (Marques, 1999, pp. 176-177).

lado, politizado e partidarizado, lançado para a arena ideológica, internamente dividido entre legitimidades políticas rivais, o exército tendeu a perder a unidade, a estabilidade e a independência que fariam dele uma força de manutenção da ordem. As Invasões Francesas primeiro e o vintismo depois inauguraram "um figurino revolucionário que apenas a Regeneração de 1851 liquidaria" – a permanente "mistura de soldados e populares", de exército e facções civis, que destruía a disciplina das fileiras militares, inutilizando-as como instrumento de manutenção da ordem e garante sólido da legitimidade[1368]. Paralelamente, a preeminência dos militares na vida pública portuguesa de então revela também o quanto as legitimidades civis – absolutistas, vintistas ou constitucionalistas moderados – eram exíguas no seu poder, fracas nos seus recursos burocrático-administrativos, contestadas por muitos e fundamentalmente incapazes de se enraizarem no país real.

Ligado à militarização da política estava outro problema que também atrasou durante anos a estabilização de uma legitimidade em Portugal: vintismo e cartismo foram sempre projectos parcelares, incapazes de se consensualizarem, vistos como algo estrangeirado e artificial (segundo a conhecida crítica de Oliveira Martins[1369]), impostos pela nação ao rei (o primeiro) e pelo rei à nação (o segundo)[1370]. Se D. João VI jamais poderia ter aceite de bom grado a Constituição quaserepublicana que o obrigaram a jurar em 1821, não podendo com ela religar o fio da legitimidade monárquica que se rompera em 1807, da mesma maneira muita da nação portuguesa não podia de bom grado aceitar o meio-termo híbrido entre poder monárquico e poder popular que D. Pedro IV ofereceu com a outorga da Carta Constitucional em 1826 – a parte absolutista porque via na Carta uma cedência ao liberalismo e um ditame de um príncipe traidor, que se fizera Imperador do Brasil; a parte democrata porque não via na Carta suficiente liberalismo para as suas aspirações radicais.

[1368] Bonifácio, 2002a, p. 22.

[1369] Oliveira Martins, insuspeito de simpatia para com o absolutismo, reconhecia-lhe a força simbólica ao menos como modo natural de organizar os portugueses: é por isso que no *Portugal Contemporâneo* D. Miguel, apesar dos seus desmandos e violências, é referido como o representante do "velho espírito português", "cuja soberania foi a *última* genuinamente histórica" em Portugal [Martins, 1986 (1881), vol. I, p. 70, itálico meu].

[1370] Sobre o carácter artificial do cartismo já depois da vitória liberal de 1834, numa sociedade portuguesa dividida entre as antigas potências sociais absolutistas e as novas forças populares-radicais urbanas despertadas para a luta, ver Valente, 1993, pp. 13-15, e Valente, 2009, p. 22.



É verdade que no contexto da Guerra Civil o país acomodou-se a um aparente consenso cartista. Mesmo aos democratas parecia conveniente não hostilizar a Carta Constitucional que servia de bandeira liberal à luta contra D. Miguel. Mas o facto é que o consenso era momentâneo e não passava de uma pura encenação de conveniência[1371]. Arredado o inimigo comum que tacitamente unira todos os liberais em torno de uma única legitimidade – a da realeza da jovem D. Maria – as agruras e divisões da família liberal, que já se tinham manifestado nos anos anteriores a 1834, explodiram com violência tão logo se passou do campo de batalha para o campo da política, do parlamento e do governo da nação. E ainda quando o país legal foi momentaneamente todo cartista, o país real, as massas anónimas, só superficialmente tinham sido conquistadas pelo liberalismo de D. Pedro. Mesmo os que já não simpatizavam com o absolutismo demoraram muito tempo a entregarem-se ao liberalismo. Era esta profunda apatia cívica, fruto da perda dos velhos referenciais e da luta entre os novos, que se escondia por detrás da necessidade sentida por D. Pedro, quando aportou ao Mindelo como libertador, em Julho de 1832, de pedir aos portuenses e aos portugueses que não o "obrig[assem]" a "empregar a força" para os "libertar"![1372]

## 8. O liberalismo português no "reinado da frase e do tiro".

Poder-se-ia esperar que finda a Guerra Civil com a vitória dos liberais o cartismo tivesse conseguido assumir finalmente um estatuto de legitimidade indisputada e dotada da força suficiente para estabilizar as instituições e resolver a crise socioeconómica que se arrastava desde o choque das Invasões Francesas. Não foi isso que aconteceu. Por contraposição à época da Regeneração, considerada a da consolidação do liberalismo em Portugal, o período imediatamente anterior, entre 1834 e 1851, correspondeu ainda a uma fase – a última – de confusa implantação da ordem liberal, num cenário em que questões como a origem da legitimidade do poder, a definição dos órgãos de decisão política e a própria linha de acção governativa do Estado ainda estiveram em aberto, de-

[1371] Mesmo com "a paz de 1834", "dentro da família liberal [eram] grandes os ódios" [Martins, 1957 (1870), p. 96]. Por isso, "ninguém sabia quem, no fundo, queria o quê e quem iria garantir e sustentar a Carta" (Valente, 2009, p. 19).

[1372] Martins, 1986 (1881), vol. I, p. 235.

morando a ser resolvidas e alimentando longos conflitos que apenas o advento da Regeneração solucionaria, superando enfim as questões propriamente fundadoras do liberalismo.

Nesses anos de 1834/1851, negativamente descritos pela historiografia como "o reinado da frase e do tiro"[1373], "o tempo da espantosa anarquia"[1374] ou "a guerra de todos contra todos"[1375], o conflito de legitimidades que derivava da impossibilidade de um acordo sobre a lei fundamental do reino – com a direita a defender a Carta e a esquerda a reivindicar uma Constituição ou a reforma democratizante da Carta – repercutia-se no confronto endémico entre as parcialidades ou facções políticas em presença, provocando uma infindável série de golpes palacianos, pronunciamentos militares e pequenas guerras civis. Um verdadeiro círculo vicioso instalou-se entre o desacordo constitucional, o facciosismo político, a fraude eleitoral e demais meios extra-legais de luta pelo poder, a instabilidade institucional e a anarquia social generalizada[1376]. Até 1851, num curto retrato, "muito embora a legitimidade dinástica de D. Maria II nunca tivesse sido seriamente contestada, nenhuma oposição reconheceu a governo algum o direito de governar [...] o país, fora o Porto e Lisboa, e uns poucos centros urbanos menores, não se reconhecia no regime e vivia à margem dele, quando não o hostilizava"[1377].

Era da falta de um poder político forte, assente numa legitimidade que a todos vinculasse que derivavam efeitos que eram simultaneamente consequência da fraqueza desse poder e causa de mais instabilidade e descrédito para a ordem pública. Externamente, Portugal seguiu sendo um Estado sem voz no panorama internacional, indefeso em caso de agressão externa ou somente defensável se, e quando, recorria ao auxílio e à protecção inglesa. Internamente,

---

[1373] Martins, 1986 (1881), vol. II, p. 121.

[1374] Carta de António José Caldeira a António Ribeiro Saraiva (1836) (Valente, 1993, p. 144).

[1375] Bonifácio, 1992, pp. 91-134, ou, mais aprofundadamente, Bonifácio, 2009.

[1376] Ver sobre este círculo vicioso o opúsculo de Azevedo, 1847. Numa síntese recente, durante todo o período entre 1834 e 1851 "nunca a rotação dos partidos no poder se operou de forma constitucional, sendo geralmente o resultado do uso da violência política"; isto porque no Portugal do tempo "não se verificava uma condição básica do sistema representativo, a saber, a generalizada convicção de que os poderes do Estado eram adquiridos por meios legais e por processos conformes a regras previamente estabelecidas e do conhecimento e assentimentos gerais. Esta circunstância transformou a actividade política numa guerrilha permanente, e transformou o governo num exercício de exclusivismo partidário ditado pela rejeição do adversário" (Bonifácio, 2009, pp. 21 e 23).

[1377] Bonifácio, 2002a, pp. 27 e 31, e 2009, pp. 11-29.



a violência armada, o banditismo social, a pura anarquia, de permeio com a rudimentaridade do aparelho de Estado, com a impotência das forças da ordem e com a falta de meios financeiro levaram durante anos ao colapso generalizado da autoridade, que se mostrou incapaz de garantir o normal exercício do governo e uma política de ordem e de segurança pública que protegesse os cidadãos em geral, assegurando a paz social e o respeito pela lei.

Das sessões das Cortes, das memórias da época e das notícias da imprensa é possível perceber o que era o caos geral e o vazio de segurança interna e externa que corroía a sociedade liberal, minando toda a autoridade dos sucessivos governos à direita ou à esquerda[1378]. O banditismo social tornou-se um modo de vida para milhares de cidadãos armados, tanto civis como militares desmobilizados e mal pagos que não viam diante de si nenhum poder capaz de os coartar e disciplinar. Por todo o reino "fervia o roubo, o assassínio, a desordem [e] a vingança"[1379]. Durante anos, e de forma tanto mais visível e continuada quanto maior era a distância em relação a Lisboa, a guerra civil continuou. Nas mais remotas aldeias e caminhos do interior rural muitas vezes "não se sabia quem mandava, ou não havia quem mandasse e quase sempre ninguém mandava"[1380]; ainda em 1840, numa intervenção parlamentar, o conde da Taipa afirmava que "as terras pequenas" se achavam "em estado de barbaridade feudal"[1381].

Este quotidiano de verdadeiro "*far-west*" americano era tanto da responsabilidade do banditismo social puro quanto da já citada militarização da política ou partidarização do exército: ao reflectir as "cisões políticas" que afectavam a "sociedade civil", a força militar tornava-se "mais um factor de instabilidade do que propriamente um esteio da autoridade do Estado"[1382], aumentando ainda mais a violência e a anarquia que justamente era suposto que combatesse. Por sua vez, a anarquia generalizada fomentava um

---

[1378] Ver, para um retrato deste banditismo político, anarquia social e generalizada criminalidade individual os relatos e considerações feitos por Valente, 1993 (para os meados da década de trinta de Oitocentos), e por Bonifácio, 2002b, pp. 89-109 e 192-209 (para a segunda metade da década de quarenta de Oitocentos). Regra geral, "a dois passos de Lisboa e do Porto, o verdadeiro poder eram bandos (muitos formados como guerrilhas antes de 1834) que, embora se proclamassem pelo liberalismo ou por D. Miguel, viviam de facto de assaltar as populações" (Valente, 2009, p. 24).

[1379] Oliveira Martins, 1986 (1881), vol. II, p. 11.

[1380] Valente, 1993, p. 48.

[1381] Bonifácio, 2002a, p. 32.

[1382] Bonifácio, 2002a, p. 33.

clima geral difuso de desobediência e de insubordinação social, visível na contestação aos actos da administração corrente, como a colecta fiscal ou o recrutamento para as fileiras do exército[1383]. E, finalmente, como ninguém reconhecia legitimidade ao Estado, os próprios agentes políticos não se respeitavam mutuamente e, pelo contrário, tudo faziam para se denegrirem e sabotarem uns aos outros, fazendo das campanhas dos partidos, das eleições e da vida parlamentar outras tantas ocasiões para os mais variados insultos verbais e actos de violência[1384].

## 9. Os instrumentos e a dinâmica da Regeneração.

Foi em reacção contra este quotidiano, que ameaçava tornar impossível a construção da modernidade liberal em Portugal, e com um explícito propósito de (re)conciliação nacional que se fez o golpe de Regeneração, em Abril de 1851. A vitória de Saldanha foi efectivamente o derradeiro acontecimento que encerrou as lutas revolucionárias características da primeira metade do século XIX. Em contraste com o panorama de luta e de violência que até aí envenenara o país enraizou-se a partir de então uma cultura política nova, tentativamente centrada não tanto na luta e na aniquilação dos rivais, mas mais no consenso e no acordo e empenhada em apostar no fomento que aproximasse Portugal da Europa mais desenvolvida[1385].

Oliveira Martins, sempre céptico e sempre adversário da "paz podre" aberta a partir de 1851, encarava a Regeneração como uma espécie de porto de abrigo prático e materialista para onde a desilusão e o cansaço com todas as "quimeras liberais" acabara por empurrar os portugueses[1386]. A uma liberdade que reinara confusamente sobre "o vazio das ideias" sucedia, a partir de 1851, uma liberdade prosaicamente assente nos "melhoramentos materiais" e mais geralmente no "absolutismo dos interesses".[1387] Talvez haja alguma verdade nisto, porquanto

[1383] Bonifácio, 2002b, pp. 97-98.

[1384] Bonifácio, 1992, p. 98: num tempo em que "a competição política [se] processou de forma sistematicamente anarquizada, "nunca os vencidos aceitaram os vencedores" e "a nenhum poder era reconhecida legitimidade".

[1385] Ver, sobre a cultura política da Regeneração inaugurada em 1851, Sardica, 2001, pp. 63-106.

[1386] Martins, 1986 (1881), vol. II, pp. 134 e 232-233.

[1387] Martins, 1986 (1881), vol. II, p. 159.



a solução da *pax regeneradora* haveria de revelar os seus limites e imperfeições no fim do século XIX[1388]; mas o facto é que o vazio político, institucional, social e económico aberto em 1807 foi efectivamente fechado pela chegada da Regeneração, dando lugar a um tempo que foi qualitativamente novo durante as quatro décadas em que reinou o espírito fontista (1851/1890).

A obra pacificadora da Regeneração, que permitiu criar finalmente uma plataforma de legitimidade publicamente reconhecida e acatada pela esmagadora maioria dos portugueses, assentou em quatro instrumentos decisivos que só então foi possível operacionalizar e que no seu conjunto garantiram a obtenção da estabilidade institucional, da ordem pública, da paz social e da liquidez financeira mínimas sem as quais nenhum poder nem nenhum progresso eram possíveis: em primeiro lugar, uma extensa renovação nominal da elite política, permitindo a ascensão aos lugares cimeiros de uma nova geração liberal empenhada em fechar uma página sobre o passado, lançando um ecuménico perdão sobre todos os agravos e ressentimentos acumulados; em segundo lugar, a "civilização" da política, operada a partir das reformas (profissionais e materiais) introduzidas por Saldanha nas fileiras militares, em 1851 e 1852, que permitiram unificar e disciplinar o exército e, com isso, aquartelar os militares e garantir que as forças armadas já não figurariam na política para subverter, ou permitir que se subvertesse, mas para colaborar e servir ordeiramente[1389]; em terceiro lugar, a aprovação, em 1852, do famoso Acto Adicional à Carta Constitucional, que contemplando a introdução das principais reivindicações da esquerda no texto de D. Pedro (nomeadamente o princípio, caro aos democratas, das eleições directas e a prática de uma maior parlamentarização do regime), o consensualizou, pacificando os partidos e garantindo um fundamento jurídico estável para a legitimidade liberal; em quarto lugar, finalmente, o saneamento da situação financeira, alcançado através das medidas de conversão da dívida pública levadas a cabo por Fontes Pereira de Melo em 1851 e 1852, que permitiram refundar o crédito do país, abri-lo ao investimento estrangeiro e, com isso, comprar o fomento material que haveria de elevar Portugal à civilização, criando e distribuindo riqueza para o maior número[1390].

[1388] Ver, para uma análise crítica semelhante à de Oliveira Martins sobre a monarquia constitucional, Arriaga, 1905.

[1389] Sobre a transformação do exército operada por Saldanha em 1851, ver Bonifácio, 2009, pp. 201-202, e Valente, 2009, p. 44.

[1390] Ver Sardica, 2001, pp. 94-106.

Foi a soma de todas estas reformas que deu à Regeneração um tão marcado carácter de tempo diferente e qualitativamente novo. Na década de oitenta de Oitocentos, Jeremias Henriques dos Reis haveria de considerar que a Regeneração fora o verdadeiro ponto de partida "para o desenvolvimento moral e material do país", porque era então – em 1851/1852 – "mister acalmar as paixões, conciliar os extremos, chamar todos os leais portugueses a um acordo que fizesse aproveitar as forças vivas da nação"[1391]; no fim do século, Augusto Fuschini escreveria que o regime liberal "data, na realidade, de 1851"; "antes disso, as campanhas da liberdade, as lutas civis, os ministérios reaccionários, as medidas mais ou menos violentas para sustentação das novas instituições, dão a este período [1820/1851] tão acentuado carácter transitório que me parece razoável fixar o início do actual regime na data indicada"[1392]. E até Oliveira Martins não tinha como negar a sensação de novidade introduzida pela Regeneração. No *Portugal Contemporâneo*, o golpe de Saldanha figura como "a última revolta" e o triunfo dos novos tempos como "a liquidação do passado" e a "iniciação das gerações novas" pelo "fomento"[1393].

## 10. O impacto das Invasões Francesas no século XX português.

Na medida em que depois de 1851 a luta em torno das legitimidades, o faccionalismo exclusivista, a instabilidade das instituições, a violência e anarquia social, a incerteza e a penúria económica e financeira deram enfim lugar à institucionalização de uma cultura de alternância, a uma lógica de coabitação política tendencialmente baseada no acordo e no consenso, a uma maior acalmia social e a um novo período de desenvolvimento económico é correcta a leitura de que o ciclo de crise e falência da velha legitimidade histórica de Portugal, aberto em 1807, não se fechou senão com a chegada da Regeneração nos meados do século XIX[1394]. Só então a concorrência entre propostas de legitimidade liberal, substitutivas daquela perdida com as Invasões Francesas, se esbateu

[1391] Reis, 1888, p. 5.

[1392] Fuschini, 1899, p. 129.

[1393] Martins, 1986 (1881), vol. II, pp. 227, 262 e 287.

[1394] No plano macroeconómico, o PIB português de 1850 registava um valor idêntico ao de 50 anos antes, em 1800: cerca de 250 mil contos. Só entre 1807 e 1820 terá recuado para um valor próximo dos 200 mil contos, significando assim que Portugal consumiu grande



pela consensualização da monarquia da Carta reformada na opinião pública portuguesa; só então a militarização da política, com o que isso acarretava de instabilidade social e institucional, deu lugar a uma relação clara de subordinação do poder armado ao poder civil, garante de paz interna e de maior capacidade de defesa externa; e só então a omnipresente sensação de orfandade pátria, sucessivamente experimentada pela nação perante a fuga de D. João, as lutas entre D. Pedro e D. Miguel e a realeza frágil de D. Maria foi substituída por uma nova sensação de confiança e optimismo, através da redescoberta de um destino colectivo de futuro a que as elites do fontismo chamavam fomento.

Regressando ao ponto de partida – o texto de Oliveira Martins onde se filiavam os males oitocentistas portugueses na retirada da Corte para o Brasil e no cataclismo constituído pelas Invasões Francesas, e no qual se estabelecia a dicotomia entre o antes e o depois da Regeneração – é mesmo o ícone da Geração de 70 que resume o que foi afinal o estrutural problema do ciclo cronológico de 1807/1852. "todas as instituições sobre as quais se baseava o direito histórico da antiga monarquia, todas as raízes da velha sociedade portuguesa" tinham sido substituídas por ideias e instituições de difícil implantação; "construiu-se no papel um Portugal novo e o antigo foi destruído por completo. Cortou-se por completo a tradição e o novo edifício, durante anos, embalado por sucessivas revoluções, não encontrou eixo de apoio"[1395]. Eis como se pode ler na longa duração a primeira metade do século XIX, período crucial da gestação da modernidade portuguesa: o que se rompeu, interrompeu, destruiu e substituiu a partir de 1807 só voltaria a ser restaurado quase meio século volvido, a partir da chegada da Regeneração.

parte da primeira metade do século XIX a recuperar das perdas causadas pelas Invasões Francesas e pela consequente crise do Antigo Regime (Caetano, 2008, p. 228).

[1395] Martins, 1957 (1892), p. 312.